

A Globalização como factor de Exclusão

Nuno Cardoso da Silva

Professor Universitário, ULHT, Lisboa

1. O que é a Globalização ¹

A Globalização – a que os franceses preferem chamar mundialização – é um processo progressivo de integração à escala planetária, nomeadamente no campo da informação, da comunicação e da economia, não excluindo no entanto a própria esfera política.

Num mundo em que os meios de transporte e de comunicação nos permitem contactar com facilidade qualquer parte do nosso planeta ou, pelo menos, sabermos o que se passa em todo o lado, é inevitável que as redes de interacção locais e nacionais sejam complementadas por outras à escala planetária. Cada vez mais nos conhecemos uns aos outros, cada vez mais comunicamos uns com os outros, cada vez mais criamos redes de interesses para lá de quaisquer fronteiras tradicionais. No fundo é o culminar de processos multiseculares, iniciados quando pequenos grupos de homens de Cro-Magnon foram descobrindo que não estavam sósinhos no mundo, e que, do outro lado do rio, ou da montanha, outros grupos existiam, com os quais se começava por lutar e se acabava por negociar e inter-casar.

É nessa óptica que reclamamos para nós, portugueses, uma intervenção significativa nesse processo de globalização, no quadro das nossas viagens de Descobrimentos e de estabelecimento de relações com a Ásia, com a África e com as Américas, a partir do século XV.

Do ponto de vista social – e poderia dizer, sociológico – a globalização é um processo natural, inevitável, progressivo, de descoberta mútua e, como tal, indiscutível.

2. A lógica da globalização

Na esfera económica a globalização terá, no entanto, de ser analisada para lá dos seus aspectos de inevitabilidade. Isto, porque a globalização da economia é mais do que uma simples faceta da globalização geral, é um processo deliberadamente fomentado com objectivos muito específicos. ²

A economia de mercado tem como motor a concorrência entre agentes económicos, e como objectivos declarados a eficiência na utilização dos recursos e o lucro. Em economia costuma dizer-se que o seu objecto é o estudo da afectação de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas, o que, naturalmente, coloca a eficiência produtiva entre as suas principais prioridades. Neste contexto, um factor relevante da economia de mercado são as chamadas economias de escala, ou seja, a redução de custos médios e o aumento da capacidade de investir e inovar em função da dimensão das empresas. De uma forma geral, quanto maior é a empresa, quanto maior for a produção, mais barato é produzir e mais meios se geram para investir e inovar. Embora haja limites para além dos quais as coisas se complicam, pode-se dizer que quanto maior é a escala produtiva mais eficiente, em termos de custos, é o processo produtivo.

No entanto, inevitavelmente chega o dia em que a escala das economias nacionais já não é suficiente para garantir melhorias de eficiência e de competitividade, excepto no caso de países muito populosos. Quando as

fronteiras económicas nacionais se tornaram obstáculo a esses ganhos de eficiência e de rentabilidade, promoveu-se a integração dos mercados, primeiro a nível regional – com, por exemplo, a CEE / UE –, e depois a nível mundial, através dos acordos do GATT e, mais recentemente, da acção da OMC. Estes últimos acompanhados de pressões e ameaças políticas sobre muitos países em vias de desenvolvimento, por parte dos grandes beneficiários dessa abertura planetária, que são os países industrializados.

Não parece que se possa negar a inevitabilidade da globalização económica, mas já parece discutível que ela tenha de ser concretizada antes das economias nacionais e regionais estarem em posição de a exigir e dela poderem tirar proveito. Com efeito, a globalização só faz sentido económico quando o quadro nacional se torna insuficiente, e a verdade é que, com excepção dos países industrializados, essa condição ainda está muito longe de se verificar.

Expor economias subdesenvolvidas à concorrência sem limites da globalização, só pode fazer abortar o próprio processo de desenvolvimento local. Mas já voltaremos a essa questão.³

São os países industrializados e, sobretudo, as grandes empresas transnacionais, que exigem a globalização já. São esses países e essas empresas que têm necessidade vital dessa abertura. As empresas, para se manterem competitivas, os países para poderem continuar a canalizar para o seu interior recursos e capitais sem os quais não se conseguiriam atingir os níveis de crescimento económico necessários à satisfação das expectativas dos seus cidadãos. Não podendo crescer suficientemente apenas com os seus ganhos de produtividade (não

esqueçamos que as populações desses países já não estão a crescer), tornou-se necessário canalizar riqueza adicional para as suas economias, a partir de excedentes comerciais e financeiros só possíveis com a abertura e exploração de novos mercados.

De certa forma, a globalização é uma corrida para a frente do mundo industrializado, numa tentativa para não entrar em ruptura derivada das diferenças entre as expectativas (de lucros e de consumo) e as possibilidades. É uma questão de sobrevivência, dentro da lógica dos crescimentos permanentes e dos consumos desregrados. O que é alimentado ainda pelas necessidades das grandes empresas transnacionais manterem as suas vantagens competitivas. Ora como hoje o poder económico domina o poder político, a globalização foi promovida a desígnio nacional em muitos dos países industrializados.

3. Os efeitos da globalização

Ora a globalização – tal como o liberalismo económico que a tem vindo a impulsionar – não é um processo inocente de consequências negativas. Espécie de darwinismo económico, apenas garante a sobrevivência dos mais aptos ou dos mais fortes. Só por ingenuidade ou má-fé se pode afirmar que esta globalização a todos beneficia, sabendo-se que a lógica da concorrência fundamentalista conduz à destruição ou absorção dos mais fracos pelos mais fortes. Creio que foi Hieronimus Bosch quem, há cerca de 500 anos pintou um quadro chamado “Os peixes grandes comem os pequenos”, onde podemos ver uma antecipação artística do que é a essência do actual sistema económico. E não há legislação *anti-trust* que tal impeça, pois se

uma empresa mais fraca é levada à falência por outra mais forte, que legislação liberal é capaz de a salvar, salvaguardado assim a concorrência?

Assim, nos países mais desenvolvidos, a concorrência global tenderá a reduzir o número de concorrentes até ao limite do oligopólio ou do monopólio, destruindo as indiscutíveis vantagens a curto e a médio prazo das economias de mercado. Quanto aos países menos desenvolvidos que não beneficiem de mercados internos significativos – como a China, Índia, Brasil ou Indonésia –, a globalização liberal matará no ovo quaisquer iniciativas empresariais locais (exceptuando aquelas que geram produtos de baixo valor económico), condenando essas economias menos desenvolvidas à dependência de produtos ou matérias-primas essencialmente interessantes para os países desenvolvidos. Continuar-se-á a explorar petróleo, diamantes e madeiras tropicais, e a cultivar café, cacau, chá e pouco mais. E garantir-se-á, pelo excesso de produção destas culturas, que o preço pago aos países produtores será cada vez mais baixo, permitindo margens de lucro cada vez mais altas aos transformadores e distribuidores, todos eles sediados nos países desenvolvidos.

Este processo é de tal forma reconhecido pelos países menos desenvolvidos, que se tem tido de recorrer à pressão financeira (por via do FMI e do Banco Mundial), à chantagem política e à corrupção activa de governantes, para garantir a sua aceitação para este processo tão injusto como destrutivo.

4. O fenómeno da exclusão

Neste processo de autofagia económica é altamente provável que o liberalismo globalizante venha a gerar sectores crescentes de pobreza e de exclusão social,

tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.⁴

A flexibilização dos vínculos laborais – tão lógica na lógica de concorrência liberal, como meio de manter a competitividade no seio da selva económica – acabará por lançar no desemprego estrutural e na exclusão social todos aqueles que não são considerados suficientemente produtivos. Ou porque são idosos, ou porque são pouco qualificados, ou porque simplesmente se não prestam a jornadas reais de trabalho cada vez mais longas e extenuantes.

Toda a gente que se interessa pelas questões económicas sabe que assim é, mas a maioria dessas pessoas parece ter aceitado isto como um custo tolerável do combate pela eficiência produtiva. No fundo, os desempregados estruturais e os excluídos são como que as *perdas colaterais* da economia, sacrificados tal como as crianças, mulheres e idosos vítimas de uma qualquer bomba de fragmentação noutra tipo de conflitos. Seria até surpreendente que nos comovêssemos com esses excluídos, se não conseguíssemos comover-nos perante o espectáculo obscuro do massacre de inocentes em tantas partes do nosso pobre planeta.

A verdade é que a falta de ética que prevalece nas nossas sociedades ditas desenvolvidas nos vai progressivamente desumanizando, insensibilizando-nos à miséria e à carência, até que nos torne a todos vítimas deste terrível processo.

Decretada a morte das ideologias, da ética e da moral, por aqueles a quem tal “morte” interessa e que nos querem condenar a uma vida sem valores, acabaremos todos por ser sacrificados à obsessão da eficiência (só para alguns, naturalmente), do lucro e do consumismo de curto prazo.

5. A reintegração dos excluídos

Mas se, por milagre, acordarmos para esse negro destino – como alguns vão fazendo no Forum Social Mundial – e quisermos inverter o processo, que poderemos fazer?

O que é dramático é que a lógica feroz da concorrência sem normas e sem limites conduziria ao desastre qualquer sociedade que quisesse, sózinha, restabelecer o império do bem comum. Dado que a afectação de recursos para a defesa da inserção social iria prejudicar a eficiência da economia exclusivamente produtiva, a sociedade que a tal se atrevesse acabaria por ser vítima dos seus concorrentes menos éticos. A não ser que se fechasse sobre si mesma, mas todos sabemos o que tal significaria para a maioria dos países cujo mercado interno seja insuficiente para se auto-sustentar.

Só à escala global – ou, pelo menos, continental – seria possível transformar a economia de mercado, com o seu critério único de eficiência produtiva, numa economia cujo critério de eficiência fosse a preservação da dignidade, a preservação da inserção social e a protecção dos mais frágeis.

O que teria de passar pela recuperação do papel do Estado como agente distribuidor da riqueza nacional, e pelo reconhecimento de um direito universal à dignidade, com todas as suas componentes de trabalho, de rendimento, de acesso à educação e à cultura, de acesso aos cuidados médicos e, finalmente, de participação real na definição dos objectivos e políticas da comunidade. Ou seja, a prossecução do bem comum. Com efeito, como é possível continuarmos a conciliar a ideia de “comunidade” com a realidade da exclusão? Como podemos

aceitar que a membros da comunidade política se possa negar o direito à dignidade, ao acesso à cultura, ao bem estar material? Como se pode admitir a exclusão do dever de solidariedade da nossa vida comunitária? Alguns, hipocritamente, querem dar à “caridade” esse papel recuperador. Mas a dignidade é um direito, e a caridade não é um processo que possa ser utilizado na defesa de direitos. O voluntariado – apesar do seu carácter por vezes heróico – não pode substituir-se à lei, nem a comunidade pode empurrar para as ONGs o cumprimento de um imperativo colectivo.

O que nos conduz até à questão fulcral. Será que a humanização da sociedade pode ser conseguida enquanto vivermos sob o império de um capitalismo necessariamente amoral? Não teremos de considerar que a abolição da exclusão e da injustiça terá de passar pela substituição do capitalismo por outras formas mais justas de organização económica? Pode isto parecer aos mais assustadiços como uma proposta radical, só defendida por uma esquerda extremista. E, no entanto, é essa a proposta que, cada vez com mais insistência, é feita por uma estrutura que dificilmente se poderá acusar de extremismo de esquerda, que é a Igreja Católica. Poderemos não querer ir tão longe. Mas poderíamos, pelo menos, começar por abandonar a tirania do pensamento único.

E que melhor lugar para tal começar do que o Campus universitário?

Notas

¹ Definições de globalização há muitas. Interessante poderá ser reflectir sobre o que a globalização “não é”, como é proposto por John Gray, *Falso amanhecer*, Lisboa, Gradiva, 2000. pp 73-79.

² O desenvolvimento dos mercados globais é dado, com bastante clareza, por Georges Soros, *A crise do capitalismo global*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp 135-138.

- ³ Uma crítica à globalização, entre as muitas que se vão fazendo, é dada por D.L.Sheth, “Micromovimento na Índia: para uma nova política de democracia participativa”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento, 2003, pp 79-87.
- ⁴ A exclusão social é tratada de forma tão sitética como clara por Manuela Silva, “A exclusão social: um fenómeno inevitável?” in *Brotéria*, 2 - vol. 142, Fevereiro de 1996, pp 229-238.

Referências Bibliográficas

- Corm, Georges, *A nova desordem económica mundial*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- Forrester, Viviane, *Uma estranha ditadura*, Lisboa, Terramar, 2000.
- Gilberto Dupas, *Economia global e exclusão social*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- Gray, John, *Falso amanhecer*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- Grupo de Lisboa, *Limites à competição*, Lisboa, Europa-América, 1994.
- Sheth, D.L., “Micromovimento na Índia: para uma nova política de democracia participativa”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento, 2003
- Silva, Manuela, “A exclusão social: um fenómeno inevitável?” in *Brotéria*, 2 - vol. 142, Fevereiro de 1996, pp 229-238.
- Soros, Georges, *A crise do capitalismo global*, Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- Touraine, Alain, *Como sair do liberalismo?*, Lisboa, Terramar, 1999.